

40

HORAS DE
TREINAMENTO

CURSO COMPLETO E AVANÇADO SOBRE A LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS Nº14.133/21

COM ÊNFASE E PARTE PRÁTICA NA ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS
DE PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS.



24 A 28 DE
MARÇO

➔ APRESENTAÇÃO

O Brasil tem, com a Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), um marco normativo atualizado e mais sistematizado sobre procedimentos licitatórios e contratos administrativos.

Mais do que o fim de esforços legislativos visando à modernização da Lei 8.666, de 21/6/1993, a promulgação da Lei 14.133 em 01/04/2021 marca o início de uma base

jurídica mais adaptável aos desafios atuais e futuros para as contratações públicas.

Ao longo de sua vigência, a Lei 8.666/1993 sofreu diversas críticas, notadamente quanto ao engessamento do processo licitatório, o aumento dos custos de transação, o excesso de obras inacabadas e a dificuldade de promover transparência e eficiência para as contratações da Administração. Por essa razão, durante os últimos 27 anos observou-se o advento de uma série de leis que ou alteravam o próprio texto da lei ou buscavam afastar-se do regime previsto na Lei 8.666/1993 – caso da Lei 10.520/2002 (Lei do Pregão), da Lei 12.462/2011 (Lei do Regime Diferenciado de Contratações) e da Lei no 13.303/2016 (Lei das Estatais). Esses diplomas representaram importantes avanços em matéria de contratações públicas, muitos dos quais foram aproveitados na redação da nova Lei, como a inversão das fases de habilitação e julgamento,

a maior dinamicidade na apresentação das propostas, a padronização na aquisição de bens e o procedimento de manifestação de interesse, entre outras inovações.

Além de condensar em um diploma diversas regras antes espalhadas por leis avulsas ou entendimentos jurisprudenciais sobre o tema, a lei trouxe algumas novidades que precisam ser compreendidas nos mínimos detalhes.

Quem já atuou em uma licitação ou contratação pública conhece as dificuldades enfrentadas. São institutos jurídicos em cujo ambiente de aplicação se opera a interseção de vários princípios e normas constitucionais e infraconstitucionais, nos quais também se emprega regras técnicas, impondo intenso estudo e perfeito entendimento das normas, principalmente quando de sua aplicação em casos concretos.

Como ordinariamente o Poder Público deve contratar mediante licitação, é fundamental que seus gestores se especializem nos procedimentos licitatórios e na elaboração dos contratos que são celebrados em decorrência das aquisições, alienações, locação de bens e contratações de obras e serviços simples ou complexas.



OBJETIVOS

O curso avançado sobre a Nova Lei de Licitações, com ênfase e parte prática na elaboração dos instrumentos de planejamento das contratações públicas tem dois objetivos principais:

Conhecer a nova sistemática de licitações e contratos, percorrendo os principais institutos e procedimentos legais que tratam do tema, com especial ênfase nas inovações e novidades introduzidas pela nova legislação; e

Apresentar, por meio da teoria e da prática, a elaboração do Documento de Formalização de Demanda, Plano de Contratações Anual, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Projeto Básico, Edital e Pesquisa de Preços, além dos demais documentos necessários para a correta formatação da contratação com os entes públicos, visando ampliar os conhecimentos dos gestores públicos, no tocante às contratações públicas.

Objetivos da Aprendizagem

Atualizar os servidores sobre a Nova Lei Geral de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021), identificando os principais desafios que a nova Lei traz para as contratações públicas e solucioná-los em conformidade com a legislação e doutrina aplicada, incluindo as orientações do TCU;

Formar gestores públicos nos assuntos referentes as Licitações e Contratos, com segurança jurídica para a tomada de decisões que gerem eficiência, eficácia, efetividade e conformidade legal nas contratações públicas;

Identificar os fundamentos legais e técnicos e capacitar os agentes públicos acerca da elaboração de Documento de Formalização de Demanda, Plano de Contratações Anual, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Projeto Básico, Edital e Pesquisa de Preços;

Identificar os responsáveis pela elaboração dos documentos inerentes à fase de planejamento;

Reconhecer os procedimentos e cuidados necessários na elaboração de tais documentos que instruem o processo licitatório;

Identificar os principais problemas e os aspectos mais importantes relacionados a tais documentos; e

Apresentar os conceitos legais e os aspectos práticos, visando subsidiar a melhor solução nas aquisições de bens e serviços, assegurando maior segurança na realização dos atos administrativos e processuais.

PÚBLICO ALVO

1. Pregoeiros e equipes de Apoio;
2. Presidentes e Membros de Comissões de Licitação;
3. Assessores jurídicos;
4. Ordenadores de despesa;
5. Fiscais e gestores de contratos;
6. Autoridades superiores;
7. Servidores integrantes do controle interno e de Tribunais de Contas;
8. Agentes públicos em geral que atuam, direta ou indiretamente, na área de Licitações e Contratos Administrativos

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Dever constitucional de licitar	Etapa de habilitação e análise de documentos
Competência da União para legislar sobre normas gerais	Encerramento da licitação
Disposições preliminares	Contratação direta e seu processo
Âmbito de aplicação desta Lei	Inexigibilidade de licitação
Princípios básicos	Dispensa de licitação
Definições da Lei	Alienações
Agentes públicos	Instrumentos auxiliares e seus procedimentos
Processo licitatório	Credenciamento
Principais aspectos que devem ser observados na fase preparatória da licitação pública	Pré-qualificação
Pontos fundamentais para a correta elaboração do Documento de Formalização da Demanda	Manifestação de interesse e seus procedimentos
Pontos fundamentais para a correta elaboração do Plano de Contratações Anual;	Sistema de Registro de Preços
Pontos fundamentais para a correta elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP)	Registro cadastral
Etapas do processo licitatório, com a participação das áreas envolvidas no planejamento	Contratos administrativos e suas formalizações
A correta definição do objeto;	Garantias
Pontos fundamentais para elaboração do Termo de Referência (TR) e Projeto Básico (PB)	Alocação de riscos
Pontos fundamentais para a correta elaboração do edital e escolha da modalidade pertinente	Prerrogativas da Administração
Pontos fundamentais para a correta elaboração da Pesquisa de Preços	Duração dos contratos
Pontos complementares para elaboração de Documento de Formalização de Demanda, Plano de Contratações Anual, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, Projeto Básico, Edital e Pesquisa de Preços	Execução dos contratos
O gerenciamento dos riscos da contratação e o Mapa de Riscos	Alteração dos contratos e dos preços
Publicidade dos editais e impugnações	Hipóteses de extinção dos contratos
Modalidades de licitação	Recebimento do objeto do contrato
Critérios de julgamento	Pagamentos por parte da Administração Pública
Disposições setoriais das compras	Nulidade dos contratos
Disposições setoriais das obras e serviços de engenharia	Meios alternativos de resolução das controvérsias
Disposições setoriais dos serviços em geral	Infrações e sanções administrativas
Disposições setoriais da locação de imóveis	Impugnações, pedidos de esclarecimento e recursos
Disposições setoriais das licitações internacionais	Controle das Contratações
Divulgação do edital de licitação	Portal Nacional das Contratações Públicas
Apresentação de propostas e lances	Alterações legislativas
Etapa de julgamento das propostas	Disposições transitórias e finais



PALESTRANTE

MARCUS FERNANDES

Coordenador de Equipe de Auditoria em Órgão do Poder Executivo Federal

Professor convidado no MBA em Licitações e Contratos Administrativos do instituto "A Vez do Mestre - AVM"

Professor no curso preparatório para concursos públicos "Curso Adonai".

Pregoeiro - Membro da Equipe de Apoio de Órgão do Poder Executivo Federal - de 2005 a 2017,

Auditor Interno em Licitações e Contratos em Órgão do Poder Executivo Federal - de 2017 a 2020;

Bacharel em Administração - 2002

MBA em Contabilidade e Auditoria - UFF/RJ - 2014/16

MBA em Gestão de Riscos e Compliance - UVA - 2016/17

Mestrando em Engenharia de Produção - PUC-Rio - 2021

Diversos cursos na área de aquisições públicas

Participou dos Eventos Online e Ao Vivo: Seminário - Semana Nacional da contratação pública com

foco na Nova Lei de Licitações e Contratos - Completo pela Licidata Cursos, 35hrs de Capacitação, realizado em agosto/2021, Semana Nacional de Capacitação em Excelência para a Aquisição Pública

- Atualizado com a nova lei de licitações e contratos nº 14.133/21, 40hrs de Capacitação, realizado em novembro/2021, além de ministrar vários treinamentos pela empresa.

METODOLOGIA

Duração: Treinamento realizado em 5 dias.

Carga Horária Total: 40 horas de capacitação.

HORÁRIO DE REALIZAÇÃO

Período da manhã: 08h às 12h.

Período da manhã: 13h às 17h.

INVESTIMENTOS

R\$ 4.290,00 (Quatro mil duzentos e noventa reais) modalidade presencial

R\$ 3.290,00 (Três mil duzentos e noventa reais) modalidade online/ao vivo

INCLUSO

1. Apostila Exclusiva: Conteúdo desenvolvido especificamente para o curso, visando maior aproveitamento e personalização da aprendizagem.
2. Kit de Material de Apoio: Inclui caneta, pasta e bloco de anotações para facilitar o registro das informações durante o treinamento.
3. Coffee Break: Oferecido para proporcionar um momento de descontração e networking entre os participantes.
4. Grupo de WhatsApp: Disponibilizado por 20 dias para interação entre os participantes e esclarecimento de dúvidas com os instrutores.
5. Certificado Digital: Válido em todo o território nacional, contendo o conteúdo programático e a carga horária do curso. Disponível para consulta e emissão no site, sem prazo de expiração.
6. Acompanhamento Personalizado: Monitor em sala durante todo o treinamento para suporte imediato e atendimento às necessidades dos participantes.

PAGAMENTOS

Envio de Nota de Empenho/Ordem de Serviço ou Autorização de Fornecimento, com posterior pagamento em uma das contas bancárias indicadas.

DADOS DA EMPRESA

O pagamento da inscrição deverá ser efetuado em nome de:

INSTITUTO LICIDATA TREINAMENTOS LTDA.

CPNJ: 48.941.653/0001-00



Banco Bradesco

Agência: 5750-9

Conta: 477725-5



Banco do Brasil 001

Agência: 0009-4

Conta: 489.843-5

Para o mercado privado, outras opções de pagamento estarão disponíveis, como: Boleto Transferência bancária ou Depósito.



(41) 98484-5574



(41) 3043-0070



comercial3@licidata.com